

SE EU FOSSE COPACABANA, O ESTADO BRASILEIRO SE IMPORTARIA? E A SOCIEDADE SE SENSIBILIZARIA?

SANTOS, Edielso Barbosa dos

SACRAMENTO, Elionice Conceição

GOMES, Elizamar

SACRAMENTO, Vania Conceição

SILVA, Quênia Barreto da

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo denunciar os impactos do derramamento do petróleo no litoral nordestino, sobretudo, o texto convida aos leitores à uma reflexão mais profunda neste um ano da tragédia crime. Assim como, explicita os conflitos e a negligência do Estado brasileiro diante da ausência do direcionamento das políticas públicas para as pescadoras e pescadores artesanais do Nordeste e da implementação de um plano de contingenciamento do Petróleo nos Territórios Pesqueiros Tradicionais. Nós, as/os autoras/es apresentamos um diálogo de vivência cotidiana, partilhado com companheiras de outros territórios tradicionais e movimentos de lutas distintos, acerca das contradições e enfrentamentos vividos nos territórios pesqueiros, compreendendo que o território de moradia e o território usado por pescadoras e pescadores é uma extensão de seu território/corpo e defendê-lo é defender a própria vida ancestral. É abordado também as dimensões da luta, que através da atuação dos movimentos sociais articulados nacional, estadual e regionalmente, fazem incidência em distintos espaços. Trazemos uma narrativa que apontam um diálogo de saberes com forte expressão das águas que determina a vida nestes territórios. Utiliza-se aqui a referência da "Dona do Mar" enquanto divindade que se entrelaça entre a dimensão das águas, da terra e do mangue, por isso é carregada de simbologia e liga as raízes ancestrais com o lugar e com o território pesqueiro. Assim como, é abordada enquanto sujeito coletivo que faz referência às pescadoras do Brasil, sua luta e resistência histórica.

Palavras-chave: Petróleo. Crime/Tragédia. Território Ancestral. Nordeste.

INTRODUÇÃO - QUANDO AS ÁGUAS DE SETEMBRO DESAFIAM O SABER TRADICIONAL, PROPÕEM O FORTALECIMENTO DA SOLIDARIEDADE E EXPLICITA AS VIOLÊNCIAS DO ESTADO

O derramamento de Petróleo que afetou mais diretamente os Estados do Nordeste Brasileiro, situado no Atlântico Sul, foi o maior crime ambiental na história do Petróleo no mundo, algo sem precedente. Mas o Brasil tem assumido com naturalidade a postura de superar os índices de crimes ambientais.

Uma corrida foi feita para impedir que o petróleo chegasse aos estuários, entretanto, o Estado Brasileiro não assumiu o papel que lhe cabia neste processo, os Pescadores e Pescadoras coordenaram essa ação com apoio de alguns pesquisadores comprometidos como, por exemplo, os professores Miguel Accioly da Universidade Federal da Bahia-UFBA e Jorge Olavo na Universidade Federal de Feira de Santana-UEFS que construíram um Manual sobre "Como Pescar Petróleo" em parceria com os pescadores e pescadoras da Bahia através de um "comando unificado".

Entretanto, muito dos seus esforços junto aos pescadores/as em defesa dos territórios pesqueiros, foram desqualificados por órgãos oficiais, como relatou o próprio Professor Miguel Accioly durante o "Encontro sobre Pré-Sal e seus impactos nas Comunidades Tradicionais da Bocaina: Trocando Experiências e construindo estratégias de prevenção e controle social" que aconteceu no Rio de Janeiro em 2019 e outras reuniões mais internas como a 1º Reunião estadual

do Movimento de Pescadores e Pescadoras da Bahia e Seminário de Avaliação dos impactos do derramamento de Petróleo que aconteceu entre os dias 06 a 08 de Fevereiro de 2020 no CEAS - Centro de Estudo e Ação Social em Salvador. A análise feita pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras/MPP, da Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras/ANP e da Articulação da Juventude Pesqueira do Estado da Bahia além de não colaborarem, tais órgãos oficiais do Estado, ainda atrapalhavam. E sobre sua atuação desgovernada, pescadores e pescadoras que incidiram fortemente articulados/as tanto no MPP/ANP como na Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativista Costeiras Marinhos - CONFREM, nos Movimentos Indígenas, nos Movimentos Quilombolas e outros fizeram diversas denúncias, das quais segue o relato:

Governos maldito está vendo a situação de fome dos pescadores e nada faz para resolver. Mente, prometendo adiantamento de um seguro que já está atrasado, muitas pessoas estão sem receber até o bolsa família. Aqui em casa minha mãe é aposentada e o pirão não vai faltar, mas me preocupo com os/as outros/as pescadores que na família não tem outra renda. (Pescador de Maragogipe I - 2019).

O depoimento do pescador de Maragogipe revela a revolta com a postura do atual governo após três meses de crime ambiental do derramamento de petróleo nos manguezais, estuários, nos territórios pesqueiros sem qualquer medida efetiva de atenção e proteção, ao passo que também, denuncia sua face mentirosa, de falsas promessas. O governo brasileiro é violador de direitos, além de adotar posturas de negligência, indiferença, assim como, encampando diversos outros ataques aos pescadores e pescadoras artesanais, às populações das águas que vivem ao longo das baías e litorais do nordeste brasileiro e que vivenciaram e continuam vivenciando o impacto deste crime/tragédia ambiental, o que aumenta a possibilidade de adoecimento, além disso, a fome tem sido uma realidade concreta em alguns territórios.

A tragédia crime do derramamento do petróleo, toma uma proporção maior, com a tragédia de um desgoverno, que se aproveita da dor imposta pela crise sanitária, para fazer “boiada passar” destruindo ambientes e vidas. a referida postura tem impacto não só no campo físico como ancestral, neste sentido, “Do mar”, a “Dona do Mar”, assim intitulada por Gabriel, indígena Xacriabá que nomeou uma Pescadora Quilombola comprometida com o seu Território Pesqueiro, seu modo de vida e tradição, o defendendo com sua própria vida. De tanto Gabriel vê Do Mar falar das riquezas do território, da quantidade e diversidade de seus pescados, renomeou a mulher do mar/águas como a Dona do Mar.

A dona que o menino se refere não tem relação com o conceito de propriedade privada, do contrário, visto que o mar não tem proprietária, trata-se de um bem coletivo no qual existe parte-etária, (extrativistas, usuárias guardiãs) onde as pessoas devem se comportar como aquelas que possuem uma pequena parte e utiliza de forma coletiva. Os territórios pesqueiros é um bem coletivo dos pescadores e pescadoras. Dona do Mar e que se confunde com o próprio mar, com a lama dos manguezais, com as águas!

No processo existe uma relação de troca, ao tempo que os homens e mulheres das águas cuidam do mar, o mar cuida deles. A pescadora e o pescador dependem profundamente do mar, depende da natureza e dos seus recursos e compreendendo a referida dependência cuida daquela que lhe garante o pão, o peixe e, além disso, lhe garante a própria vida.

Você viu aquela moça, aquela que é dona do mar, que briga pelo mar, que fala dos peixes e dos mariscos, você não sabia, ela é Do Mar, Dona do Mar? (Gabriel, 2017)

A partir da percepção de Gabriel, que na sensibilidade de criança identificou em Elionice Conceição que mais tarde tomou lugar de sua tia, como defensora do mar. Assim ela passou a ser conhecida no MESPT- Programa de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais como ‘Dona do Mar’, ainda que se reconheça enquanto mulher das águas, da lama, dos manguezais, uma voz coletiva e de passos que vem de longe como afirma o Movimento das Mulheres Negras. O mesmo menino identifica o cheiro de lemanjá no ambiente que a “Dona do Mar” passa. Nesse sentido, pautado na sensibilidade de Gabriel, o indígena Xacriabá que vive em território Tupinambá, o texto fará referência a Dona do Mar enquanto sujeito coletivo e ancestral.

A mulher das águas seja ela Pescadora ou extrativista é aquela que realiza seu trabalho imersa em águas, na lama com um profundo envolvimento com esses ambientes de vida e trabalho. Alguns desses ambientes poluídos e contaminados por ausência de saneamento básico e por um processo acumulativo de impacto, fruto do racismo ambiental e institucional que ao tempo que nega direitos aos povos e Comunidades Tradicionais e lhe extermina,

promovem genocídio de seus filhos/as e dos povos Afro indígena. Como afirma Carlos Moore, 2010 no livro "A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro".

[...] uma ideologia de fundo racista que fragilizou a consciência nacional, permitindo que o racismo estrutural se instaurasse de maneira permanente e criasse as presentes mazelas racializadas de pobreza e marginalização constatadas nas estatísticas vitais do país.

Berth, 2019 apud Lélia Gonzalez (1988), afirma ainda que na América Latina, a expressão do racismo é disfarçada, sorrateira o bastante para persuadir pessoas negras de que não estão diante de um sistema de dominação racista. Sendo assim, a construção ideológica, base da cultura "somos todos iguais" pautado no mito da democracia racial torna possível a colonização de nosso Povo Preto e no conseqüente genocídio financiado pelo Estado e seu poder bélico. Ainda nos lembra Grada Kilomba, 2019 que o projeto de colonização no Brasil é um exemplo de sucesso.

O poder institucionalizado do Estado de matar se manifesta nos Territórios Tradicionais Pesqueiros e Quilombolas, ele em sua lógica de higienização que se apresenta a partir da operacionalização da **necropolítica** diz que pretos e pobres não têm direito de viver. Neste sentido, se utiliza de vários recursos para impor morte aos corpos e tradições. A morte imposta aos corpos é um processo violento, como nos aponta Mbembe (2006, p 85) "a hipótese de que a expressão última da soberania reside em grande parte no poder e na capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer".

A Dona do Mar, mulher das águas que por natureza ancestral é defensora do ambiente de trabalho/vida bem como de seus recursos, também está profundamente afetada. Iemanjá está coberta de petróleo, de cádmio, chumbo e outros metais pesados além de outros dejetos por ausência de um saneamento adequado. A vovó do mangue, também conhecida por Nanã, está com sua casa em ameaça. Manguezais e estuários, ambientes com grande importância para toda vida marinha, de igual modo estão impactados diante da tragédia/crime. O mangue de modo nenhum é lugar da desordem, da bagunça ou da feiura, como dizem formas preconceituosas de conceituar como "Que desordem!"; "Isso está um mangue"; "Estão mangueando o processo"; "Esse trabalho está mangueado, Façam melhor!"

As frases revelam um forte desconhecimento da importância do mangue (ambiente) fruto da negação do seu valor e importância. O racismo de lugar e racismo ambiental também tem levado várias cidades a se edificarem sobre manguezais, gerando desmatamento e aterramento deste ambiente vivo, ao mesmo tempo em que as madeiras dos mangues vêm sendo exploradas há mais de 500 anos para diversos fins, como nos aponta Fernanda Almeida, 2010.

A devastação dos manguezais brasileiros não é algo novo. Na realidade este tipo de impacto está intrinsecamente vinculado à história do Brasil. São mais de 500 anos da colonização Portuguesa, justamente com ela, a exploração histórica dos recursos provenientes dos manguezais como madeira, tanino, peixes, crustáceos e moluscos. Além da exploração desses recursos, com a consolidação dos primeiros centros urbanos, muitos manguezais brasileiros foram suprimidos. A Baía de Todos os Santos em Salvador, por exemplo, continha uma grande faixa de manguezal que foi extinta para construção da Cidade Baixa (ALMEIDA, 2010, p 45).

A construção ideológica do Mangue como lugar bagunçado, utilizado veemente de forma pejorativa é uma estratégia de garantir que projetos imobiliários da linha do turismo de massa, aquícolas permaneçam sendo implementados, tal como que a construção de portos, estaleiros, pontes, bairros, cidades se deem com a aprovação da sociedade brasileira, que muitas vezes influenciada pela mídia endossam um modelo de desenvolvimento que não dialoga com o modo de ser tradicional. Projetos esses que suprime toda forma de vida deste ecossistema costeiro de transição. Da mesma forma, que é utilizada para garantir que os Povos que fazem uso extrativista deste território continuam marginalizados diante da falta de políticas públicas, de um modelo de desenvolvimento excludente. Nos vários diálogos temos escutado Elionice Conceição dizer:

O mar e os manguezais não é só ambiente de trabalho dos pescadores e pescadoras, esses espaços também é morada da espiritualidade, da ancestralidade. Nanã e Yemanjá são entidades guardiãs dos manguezais e das Águas salgadas e são a elas que pedimos licença e benção.

Os Pescadores e Pescadoras têm uma profunda relação com as Águas, às referidas águas salgadas não são águas para consumo, mas potencializa a produção de alimentos que são/serão usados na alimentação cotidiana, garantido segurança alimentar e nutricional não só dos Pescadores e Pescadoras, como de toda sociedade Brasileira que faz a opção por uma alimentação saudável, o que nos leva a cantar, celebrar, homenagear.

Ela é a dona das ondas, ela é a rainha do mar

Odoyá, odoyá, Iemanjá

Ela é a dona das ondas, ela é a rainha do mar

Cantada por: Leo Batuque

Mãe das águas, a mulher das águas, livre por natureza, recebe a "notícia", vivência impactos do maior crime/tragédia ambiental, social e econômico relacionado à história do petróleo do mundo.

Durante reunião para tratar da saúde de Pescadores e Pescadoras em contexto de derramamento de petróleo, o professor Paulo Gilvane Lopes Pena, médico do trabalho que possui mais de uma década de estudos sobre a saúde das mulheres pescadoras e um dos autores do livro 'sofrimento negligenciado' e professor titular aposentado do departamento de medicina preventiva, retoma um debate de fundamental importância: uma categoria profissional tão grande, tão importante, mas que não é valorizada visto que sua produção não tem sido contabilizada, e seus direitos negados. A saúde e o direito dos pescadores e pescadoras são sistematicamente negligenciados.

Dados do MPP - Brasil aponta que até 2019 havia cerca de 600 mil Registro Pescador Profissional (RGP) - cancelados, suspensos e não entregues. Desde 2013 não se emite no Brasil com regularidade a documentação que constitui a licença que garante o direito de pescar. Essa não emissão regular gera um maior impacto na vida da juventude pesqueira, visto que a maioria dos jovens que completaram 18 anos a partir de 2014, está com direitos trabalhistas e previdenciários inviabilizados. A negação desses direitos tem sido pauta de luta da Articulação da Juventude Pesqueira na Bahia.

Sabemos, portanto, que a não emissão de documentos que regularizam um trabalho formal, que ao mesmo tempo corresponde a uma tradição pesqueira milenar é relevante contextualizarmos o porquê dessa postura do Estado Brasileiro. Nesse sentido, trataremos Sueli Carneiro, 2005 que em sua tese de doutorado afirma:

Portanto, estando o negro deslocado da esfera do trabalho no pós-abolição, ele estará aliado das técnicas disciplinares do trabalho. No entanto a sua existência social irá estar subordinada a essa nova tecnologia de poder. As técnicas disciplinares visam o corpo que vai produzir, assim como no pós-abolição o alvo dessas técnicas serão os trabalhadores imigrantes que substituem os escravos na nova ordem econômica. Assim, como vadio é quem não trabalha, a avaliação de Fernando Henrique Cardoso é exemplar para revelar a intenção desse dispositivo legal: "[...] tudo o que aconteceu depois da Abolição foi o surgimento de uma grande massa de excluídos, no sentido de gente que não tem mais lugar na escala social. Os escravos tinham um péssimo lugar, mas tinham. Os libertos não têm lugar. Os libertos, os ex-escravos e os descendentes de escravos formaram a primeira grande massa de populações marginais. Isto é: ainda não ocorreu a efetiva transição de escravo para cidadão." (CARDOSO, 1998, p. 15).

Ela ainda completa sua percepção a partir do conceito de biopoder aplicado a esta realidade que determina quem trabalha, quem é rico, quem vive e quem morre,

Assim, sob a égide do biopoder no pólo subordinado da racialidade, as desvantagens se manifestam desde a infância, em que se acumulam predisposições genéticas com condições desfavoráveis de vida para inscrever a negritude sob o signo da morte. Como contraponto, na branquitude se configura o vitalismo como signo que se consubstancia na maior expectativa de vida, nos menores índices de mortalidade e morbidade como consequência de seu acesso privilegiado aos bens socialmente construídos. Porém o que advogamos aqui é que o "deixar viver e deixar morrer" define as condições de vida e morte a que a racialidade estará submetida em todos os seus vetores pelo poder de soberania que a informa e que decide sobre o valor de cada vida e de cada morte no âmbito da racialidade. (CARNEIRO, 2005, p.78)

No que tange as/os pescadores/as, impedidos de pescar, exercer sua profissão, tradição e acessar seus direitos trabalhistas e previdenciários, sua dor é silenciada, sua importância negada, suas necessidades negligenciadas. São corpos negros, herdeiros de uma tradição de negação, condenados a morrer. Isso, visto que o capital tenta expropriar seu território e para tanto é necessário negar, tornar invisível para se estabelecer a partir da violação dos direitos e do apagamento de sua história. Mais uma vez Elionice Sacramento, nos espaços de debates que ocupou representando a Articulação das Mulheres Pescadoras nos alerta:

O que nós estamos vendo serem imposto às mulheres pescadoras e aos pescadores são formas distintas de racismos, que são vivenciado pelos Povos Tradicionais em seu Território de vida e identidade.

Conforme fala pública em Audiência na Câmara de Deputados da Bahia da Assembleia Legislativa do Estado que ocorreu em novembro de 2019, Marizelha Carlos Lopes, pescadora quilombola de Ilha de Maré, uma das mais importantes referências da luta da pesca na Bahia, Brasil e América Latina, afirma que “entre os racismos que nos são impostos está o racismo alimentar, como apontou um pescador agricultor da nossa Ilha de Maré. Também quer nos tirar o direito de comer o alimento saudável que produzimos, é da nossa tradição comer o que produzimos e vamos continuar a fazê-lo.”

Esta importante liderança do Movimento de Pescadores e Pescadoras/MPP, a partir de um olhar coletivo, faz uma reflexão/elaboração sobre a existência do racismo alimentar o qual nos parece ser uma elaboração nova no contexto da pesca artesanal, vinda justamente do povo e comunidade tradicional.

Além de Marizelha, outras mulheres Pescadoras estão na luta e as Pescadoras e Pescadores da Bahia tem assumido a vanguarda e denunciado cada vez mais os impactos do grande capital nas águas. Como diz a música de Fagner: “quem é rico mora na praia, mas quem trabalha não tem onde morar”, assim sendo, hoje os ricos além de querer morar na praia e nas beiras de rios querem levar os empreendimentos do capital para esses ambientes sagrados. **Lugar de sustento, de luta e resistência!**

Bárbara Ramos, Idiane Barbosa, Janice Reis, Elmira S. da Purificação Dona Antônia Corrêa, Luiza Santos, Eliete Calheiros entre tantas outras mulheres foram/são importantíssimas lideranças quem vem denunciando as dores e labores enfrentados pelas mulheres Pescadoras e suas famílias entre a Baía de Todos os Santos, de Camamu, do Iguape, Aratu que se localizam nas regiões do Baixo Sul, Recôncavo, Região Metropolitana do Estado da Bahia, com grande potencial pesqueiro, entretanto expropriadas por empreendimentos desenvolvimentistas que vem sendo implementados nas beiras de rios, marés e mangues. As Baias mencionadas são lugares de trabalho e vida de milhares de pescadores/as, extrativistas e quilombolas.

As referidas denúncias revelam a eficiência do Estado brasileiro para atender as pautas das empresas e morosidade em dar tratamento às demandas das Pescadoras e Pescadores, especialmente no que tange a atual situação de fome enfrentada em alguns territórios, seja pelo impedimento de pescar e/ou de comercializar/escoar a produção.

De modo geral, os órgãos ambientais têm licenciado empreendimentos ilegais em Territórios Tradicionais, por sua vez esses empreendimento mesmo operando de forma ilegal sua ampliação tem sido autorizada, a exemplo do Porto de Aratu e da empresa Votorantim que opera a Barragem da Pedra do Cavalo. Conselheiros da Reserva Extrativista do Iguape, ligados ao MPP-Bahia denunciam o funcionamento ilegal da empresa Votorantim sem licença ambiental, atuando desde 2009. Essas implementações não atende os pré-requisitos de consulta prévia e informada, os estudo de impactos ambientais não são realizados em sua totalidade, se tornando corriqueiro o descumprimento dos ritos legais, tendo enquanto forte exemplo o Parque das Margaridas, empreendimento imobiliário da Bahiana Engenharia e/ou Bahiana Reis Empreendimentos que burlando normas ambientais expropria cerca de 40% do território de uso coletivo da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas. A expropriação se dá dos fundos das Mangueiras de Pequeno, passando pelos Cajueiros da Vaca, Areal (chamadas terras de Olímpio/Labute), Fundo do Brejo do Limão, Pantaleão, Sapucaia, chegando as Pedrinhas, próximo a Mata Redonda, áreas de extrativismo vegetal, de culto aos ancestrais, de criação de pequenos animais, também das principais nascentes d'água, das pedras sagradas, como as Pedras de Dulce e Silvinha. Conforme denúncia apresentada pela comunidade aos Ministérios Públicos Estadual e Federal em 2017 que gerou o processo nº 190.9.208805/2017 da 2ª promotoria de justiça, ao Instituto de Meio Ambiente e Recurso Hídricos- INEMA processo nº 2017-010750/TEC/DEN-1214 e estudos preliminares com mapas da área de conflito feito pelo GEOGRAFAR/UFBA que aponta que a área expropriada pelo Parque somada a outros empreendimentos de conflito totaliza uma expropriação de mais de 60% do território.

Neste caso, primeiro o empreendimento se instala sem licença de localização e posteriormente a prefeitura usurpou a competência do Estado em licenciar a fim de favorecer o empreendedor conforme o próprio representante legal do empreendimento Lucas Bahiana reconheceu em reunião pública e reconheceu também os vícios do

licenciamento, convocada pela Sr^a. Mirella Barros Conceição Brito, promotora do Meio Ambiente, realizada em 18 de Abril de 2018 na Câmara de Vereadores de Salinas da Margarida. Ainda nesse mesmo ano a Associação de Pescadoras e Pescadores de Conceição de Salinas denunciou o ocorrido a Defensoria Pública Federal que entrou com ação para garantir o direito da comunidade e vem chamando atenção que a ata da referida audiência e gravações feitas não constam no processo. Chama atenção, ainda, que a prefeitura também autorizou a supressão da Mata Atlântica sem atentar para legislação específica e posteriormente a AATR em parceria com o Jornal Café Preto apurou um conjunto de infrações ambientais no processo e relatou ao Ministério Público da 2^o promotoria da Comarca de Nazaré -Ba, em 2019 através de um parecer jurídico sobre as irregularidades licenciamento ambiental e autorizações administrativas do loteamento Parque das Margaridas.

Mesmo diante de inúmeros ataques, os Territórios tradicionais (r)existem, especialmente porque historicamente as populações estabeleceram uma relação respeitosa com esses territórios, garantindo condições de sustento sem necessariamente gerar impacto degradante a vida, pelo contrário, se relacionado de tal modo que a fauna e flora é preservada.

No caso específico do derramamento do petróleo, enfrentamos um impacto acumulativo. Na Baía de Todos os Santos e na Baía de Aratu todos os anos acontecem pequenas tragédias/crimes conforme denuncia o Movimento de Pescadores e Pescadoras MPP - Ba, ao mesmo tempo que estas e outras baías e os rios que desaguam nelas estão fortemente contaminadas com metais pesados e a população das águas trabalha imersa nessa contaminação. Assim como, não podemos esquecer de outros crimes/tragédias que acontecem e são invisibilizados, como foi o caso da Maré Vermelha decorrente da proliferação das microalgas – *gymnodinium sanguineum* – fruto da contaminação na Baía de Todos os Santos. Em entrevista ao Jornal Nosso Ambiente, ano 2 – nº15 de Abril de 2017, segundos os professores da Univalde de Santa Catarina, UFBA:

[...] os parâmetros apresentados foram decorrentes de situações típicas para proliferação, ou seja, um conjunto de fatores além de nutricionais como: falta de ventos e chuvas, altas temperaturas, evasão da água da Barragem de Pedra do Cavalo, a emissão de esgotos sanitários das cidades do entorno da Baía, a enseada que cria um ambiente de baixa energia e se localiza na região de Saubara, entre outros elementos que fazem com que a Baía de Todos os Santos, que já tem uma contaminação crônica, se encontrassem em condições favoráveis para instalação deste fenômeno.

A postura de negligência do governo na concepção do MPP-Bahia, ANP e Articulação da Juventude do Estado da Bahia materializa as seguintes perguntas e também apresenta suas respostas prontas:

- Para que colocar em ação um plano nacional de contingenciamento de petróleo? Se tentarmos conter esse material vamos gastar muito recurso financeiro e fortalecer ainda mais essa gente que tenta impedir “o desenvolvimento” da nação, visto que Povos e Comunidades Tradicionais são empecilhos ao desenvolvimento.

- Por que implementar políticas públicas para esse povo preto? Se garantirmos políticas públicas, esse povo vai se sentir gente, se fortalecer no território, fortalecer seu modo de vida e sua tradição, isso não é bom para o capital!

As afirmações acima, ainda que de forma velada, estão presentes, ao mesmo tempo que não são ditas abertamente, mas assim procedidas: Não podemos prejudicar o turismo, comprometer o desenvolvimento e inviabilizar o pagamento da dívida externa.

Não é novidade que o Estado Brasileiro, envolvido na rifa do Pré-Sal, vendendo suas riquezas, tem gerado sérios impactos na vida e na identidade das Pescadoras e Pescadores e em seus Territórios, valorizando uma economia baseada na espoliação e expropriação de toda uma população.

A economia do Brasil sustenta-se na produção de commodities minerais, como o petróleo, e agrícolas, com destaque para as culturas de soja, cana-de-açúcar, café, milho e algodão. A subordinação econômica ao mercado de commodities agrícolas baseia-se na expansão dos monocultivos, em um modelo concentrador de terras e baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, provocando a contaminação ambiental e exposição humana (GURGEL et al, 2019, p.23).

A subordinação da economia brasileira a um mercado financeiro capitalista revela as consequências que acarretou e acarreta na venda e privatização de diversas empresas como a Vale do Rio Doce, Embratel Participações S.A, Embasa,

esta última importante empresa na distribuição de água tratada para toda população. Hoje nas mãos de um dono, mais uma propriedade privada do sistema capitalista neoliberal. Estamos vivendo a mercantilização dos recursos naturais, que por séculos estiveram disponíveis no meio ambiente e hoje se torna uma mercadoria, com preço, data de validade e fabricação.

Conviver com a existência de um Estado burguês, seja ele a nível municipal e/ou nacional, implica aos Povos e Comunidades Tradicionais a compreensão coletiva de estarmos sempre atentos ao avanço de projetos do capital e da importância de nossa unidade para (r)existir diante de tantos contextos adversos e complexificações numa sociedade patriarcal, racista e governada por representantes do neoliberalismo econômico internacional.

DESENVOLVIMENTO - MEU MARIDO É O CAVADOR. MEU SUPERMERCADO, MINHA FACULDADE E MINHA INDÚSTRIA É A MARÉ. DELA NÃO SOU DEMITIDA OU REPROVADA.

Essa expressão tirada do livro "Salinas: o mar, a lama e a vida" produzida pelo Grupo GAIVOTA em 2011 revela uma potência na relação de autonomia entre a Dona do Mar – entidade natureza – e as Donas do Mar Mulheres das Águas - Pescadoras dos estuários, dos rios e dos manguezais.

Do mar, a Dona do Mar não depende e não quer depender dos serviços mal remunerados na indústria e/ou no comércio, também não depende de enfrentar as opressões imposta por órgãos públicos a níveis estaduais e federais ou algumas prefeituras que têm seus servidores como inimigos e/ou como subalternos manipuláveis. A Dona do Mar convém frisar, nem tem cultura de acumulação, produz para si e para os outros de forma Agroecológica - praticando o comércio justo, considerando e respeitando a reprodução das espécies, os tempos das marés e a determinação dos ventos, e pedindo licença às senhoras dos manguezais e das águas.

Um dado muito importante para se ter em mente é que Pescadores e Pescadoras são produtores de alimentos saudáveis, agroecológicos e de qualidade, responsável por cerca de 70% de todo pescado produzido no Brasil, segundo dados de 2007/2008, conforme cita a 'Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre território Pesqueiros' produzida pelo MPP-Brasil (2011), que inclusive tem se desafiado construir metodologias para levantamento da produção. Precisamos de dados atualizados, visto que, como diz o professor Miguel da Costa Accioly, sem estatística não é possível fazer gestão. Entretanto, esses dados disponíveis, ainda que defasados nos possibilitam ver a dimensão da pesca artesanal no Brasil.

Nesse sentido, o Estado quem deveria assumir o papel de potencializar, através de políticas públicas, o comércio, o escoamento de produtos agroecológicos, de qualidade para toda sociedade brasileira. Entretanto, é o primeiro a se ausentar de sua responsabilidade socioeconômica, em prol de uma política de desenvolvimento, o que muitas vezes vestida de uma falsa sustentabilidade, mas que na verdade é um acumulativo de ações que visam a expropriação dos Territórios e Povos, principalmente quando este é negro e pobre.

Caberia aqui então uma pergunta importante: mas o que é desenvolvimento? A política de expropriação dos territórios e de suas riquezas pode ser classificada como desenvolvimento?

A indígena Sônia Guajajara tem construído a ideia de revolvimento para contrapor o desenvolvimento, ela afirma que o (des) não promove vidas, nem justiça, ao contrário divide, retrocede. Nesse sentido, é necessário revolver para promover. Afirma também Mestre Jorge Conceição, intelectual negro baiano, que o (des)envolvimento é um projeto excludente, logo é preciso construir estratégias de envolvimento, do contrário estamos falando de projetos de categoria exploratória.

A Dona do Mar, uma mulher livre e autônoma, apaixonada pelo litoral Brasileiro, pelo território pesqueiro e seus recursos, feliz por não ter patrão, não ter cultura de acumulação, o capital tenta enquadrar, em uma nova profissão lhe estatufica.

No XI Congresso Brasileiro de Agroecologia – XI CBA que aconteceu em Sergipe em 2019, numa tenda construída para discutir o derramamento de petróleo e seus impactos, mulheres Pescadoras denunciavam com preocupação a proposta apresentada por uma professora da Universidade Federal de Sergipe-UFS "que pretendia promover possibilidade de outras profissões para que essas mulheres abandonassem a tradicional atividade da pesca". Cabendo uma nova pergunta: qual o perigo de uma proposta desta natureza?

Sabemos que a consequência disto estaria na importante oportunidade do capital se valer da justificativa de um Território não utilizado para se apropriar e expropriar.

Assim entendemos que esse não é um caminho ou alternativa que se deva apontar, especialmente para um povo de comunidades Tradicionais que têm a pesca não meramente como profissão, mas também como modo de ser e viver, como identidade tradicional. Há muitos anos o Estado brasileiro tem indicado que Pescadoras e Pescadores busquem outros modos de vida, visto que nossos algozes almejam ver nossos territórios livres para dar lugar aos projetos do capital. Entretanto, nosso povo resiste afirmando seu modo de vida e a importância das liberdades garantida no território.

Cabe dizer que ainda no XI CBA, a tenda sobre o petróleo foi um importante espaço cavado pelas Pescadoras de Sergipe e da Bahia para denunciar as violências e os impactos do derramamento do petróleo, ao mesmo tempo, para articular parcerias e sensibilizar representantes de instituições de pesquisa na área de saúde como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) de Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, além de travar o debate sobre a dimensão agroecológica da pesca artesanal, comprometendo assim o Congresso e os militantes da agroecologia com a pauta das Pescadoras e Pescadores e os Territórios Pesqueiros.

Nos restando mais uma pergunta para endossar esta discussão: a agroecologia, enquanto projeto político antagônico ao Agro e Hidronegócio, se remete apenas aos povos do campo, que tem a agricultura como atividade principal na reprodução da vida?

A saber, a Agroecologia enquanto prática milenar, dos tempos dos Povos Incas e Maias, das grandes plantações em torno do Rio Nilo e seus sistemas de irrigação e drenagem, do reflorestamento de toda Amazônia pelos Povos Indígenas são experiências que nos fortalecem a ressignificação de uma Agroecologia enquanto prática, projeto e um modo de ser/viver e de se relacionar com a Mãe Natureza, tão massacrada pelo projeto do agro e hidronegócio ainda que novo, mas tão nocivo e destrutivo.

É a partir então, dos diferentes modos de ser/viver tradicional que podemos pensar na diversidade que existe no campo. Falamos de uma diversidade de Povos, de identidade e modo de viver a partir do contexto que cada grupo se encontra, seja eles nos estuários, manguezais, florestas, matas, cidades, baías.

Pensar a agroecologia fundamentada enquanto prática, como modo de viver/ser, posicionamento político e também enquanto projeto político ideológico. Assim como, nas relações sociais estabelecidas a partir de princípios de cooperativismo, solidariedade, respeito às diferenças de gênero, raça, religiosidade, compaixão, autocuidado e cuidado coletivo, de superação das opressões e da submissão de raça e classe.

Portanto, podemos afirmar que a relação que as Pescadoras e Pescadores adotam com a natureza e a Dona do Mar é parte desta Agroecologia. De um lugar de respeito às marés, os ciclos da lua, a reprodução das espécies, o tempo das águas e dos ventos, da importância que se dá às mulheres pelo espaço que ocupa e também pelo papel de defender os Territórios como extensão de seus próprios corpos. As Pescadoras Ganhadeiras que são responsáveis pelo escoamento da produção praticam preços justos e as relações de solidariedade no mar e de troca justa nos Territórios é uma prática comum que se apresenta, especialmente com mais força na Semana Santa que é um marco tanto na identidade das Pescadoras e Pescadores, quanto na questão econômica e social, pautada, sobretudo, nas pescas da partilha.

Na V Jornada de Agroecologia da Bahia que é organizada pela Teia dos Povos, a representante Elionice Conceição da Articulação das Mulheres Pescadora do Estado da Bahia-ANP convidada para falar sobre a Agroecologia e Sementes Crioulas partilhou a seguinte reflexão: a dimensão Agroecológica da Pesca Artesanal é profunda, no mundo da pesca a solidariedade é muito presente, não produzimos para fortalecer o capital, produzimos com qualidade e em diversidade, em regime de economia familiar e em preço justo, respeitando os períodos de reprodução das espécies, além disso, pedimos benção a espiritualidade que é guardiã dos manguezais e das águas. Na produção pesqueira artesanal a dimensão crioula das sementes (peixes, crustáceos, moluscos) é inerente à própria existência dos pescados (peixes, crustáceos, moluscos e outros). A produção se dá sem necessidade de plantio, não é necessário regar e/ou adubar a produção e a natureza que tudo controla é também a própria guardiã dessas sementes.

Produção Agroecológica, sementes crioulas, conhecimentos Tradicionais e Ancestrais também podemos classificar como Ciência resistência. Tudo está envolta na relação entre o Povo das Águas e as próprias Águas. A Dona do Mar constantemente está a lutar, localiza cardume sem auxílio de GPS, conhece um tipo de pescado pelo balançar das

águas ou por uma fissura no costeiro de pesca. Seus conhecimentos tradicionais de lua, tempo, vento, constitui patrimônio do Povo Brasileiro. Sua ciência são riquezas, importantes instrumentos para defesa da vida, são riquezas culturais. Mas, Conhecimentos Tradicionais não são visto como Ciência, muitas vezes menosprezada e/ou apropriado pela academia. Como revela Grada Kilomba nossa produção não é classificada como Ciência:

Quando eles falam, é científico; quando nós falamos, não é científico. Quando eles falam, é universal, quando nós falamos é específico. Quando eles falam, é objetivo; quando nós falamos é subjetivo. Quando eles falam, é neutro; quando nós falamos é pessoal. Quando eles falam, é racional; quando nós falamos, é emocional. Quando eles falam, é imparcial, quando nós falamos, é parcial. Eles tem fatos, nós temos opiniões, eles tem conhecimentos nós experiências; não estamos lidando com uma coexistência pacífica das palavras mas com uma violenta hierarquia, que define quem pode falar, e sobre o que nós podemos falar (KILOMBA, 2019, p. 16).

Nos níveis das hierarquias apontadas por Kilomba, não só está relacionado ao que falamos ou produzimos que são consideradas "coisa sem valor", de igual modo o que vivenciamos de impacto e também denunciamos não é considerado elemento importante.

O Estado diz, melhor, não diz quem somos, quantos somos e/ou quanto produzimos. A invisibilidade não é à toa, é intencional! Tem como objetivo atacar a dignidade humana, negar, retirar direitos e se afirmar na negação do outro. Para tanto, justifica-se a ausência de políticas em função da ausência de dados, mas são muitas ausências, todas elas tem como objetivo apagar nossa presença/existência.

Mesmo com tanto conhecimento de importância social, cultural e econômico, as Donas do Mar são invisibilizadas, atacadas e negadas o direito à existência.

Ainda pensando as hierarquias na produção de conhecimento denunciada por Kilomba, entendemos ser necessário estabelecer a aliança estratégica com a academia, visto que é crucial que os espaços legitimados reconheçam a ciência do saber tradicional e dialogue com ele. A mesma academia que representa os interesses das elites, nega Povos e Comunidades Tradicionais, apropria seus conhecimentos, expropria seus territórios. Como por exemplo, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em Cruz das Almas, está sobrepondo o Território Quilombola da Vila Guaxinim, tirando direitos de acesso aos locais de plantios (SILVA, 2019). Se os dados que a academia produz são reconhecidos como ciência, podem servir como suporte para construção de políticas pública, nesse sentido, devemos ocupar esses espaços e pressionar a produção desses dados .

As Donas do Mar compreende a importância do dialogar, sensibilizar, pautar e faz o grito de sua gente ecoar.

CONCLUSÃO - TERRA, ÁGUA E ANCESTRALIDADE: O TERRITÓRIO TRADICIONAL PESQUEIRO NÃO É SÓ UM TERRITÓRIO DE TERRA OU DE ÁGUAS, É UM TERRITÓRIO QUE COMPREENDE TERRA, ÁGUA, MODO DE VIDA E ANCESTRALIDADE.

À população negra não é imposta só a escravização dos corpos, existe a tentativa de escravização das mentes. É através da colonização das mentes que governos, projetos e estruturas racistas, genocidas se mantêm. Os corpos pretos, da lama e do mar não merecem que o Estado Brasileiro coloque em ação o plano nacional de contingência do petróleo em sua totalidade, é muito dinheiro para gastar com essa gente.

O modo de tratar as situações nos diferentes níveis aponta o peso do racismo contra Pescadoras e Pescadores, a disposição dos governos de atender os interesses do capital em detrimento das necessidades do seu povo e da completa sanidade do ambiente. Um exemplo muito claro disso que devemos escurecer , foi o posicionamento do prefeito de Salinas – Wilson Pedreira às vésperas do Festival de Marisco em 2019, que passou a se chamar Festival de Salinas, em não declarar situação de emergência em saúde conforme orientava intelectuais da área de saúde. Para não inviabilizar o que antes era o Festival Tradicional do Marisco, que se transformou em um evento meramente econômico e atendendo, sobretudo a própria rede econômica que envolve o circuito econômico e turístico em torno da festa. Esse mesmo gestor que possui empreendimentos comerciais no circuito da festa como restaurantes, o Salinas Praia hotel e outros, mantêm a festa e os exorbitantes investimentos, além de impor exclusividade de consumo a determinadas marcas, inclusive impedindo a população local de acessar o espaço da festa levando sua bebida. Como quem não compreende que o mar não é uma piscina e que o impacto não é necessariamente aquele visível a olhos nus. Vale ressaltar que o referido hotel

está no seu terceiro CNPJ - (Cadastro de Pessoa Física), sendo que um deles ficou inativo por ausência de declaração em mandatos anteriores do gestor, que é um grande latifundiário, além de empresário do turismo, da construção civil e de outras redes de comércio junto com familiares.

A irresponsabilidade de um agente público praticada pelo prefeito de Salinas da Margarida que em momento de grande impacto na estrutura pesqueira, fazendo investimentos de milhões em bandas, palco e música, por outro lado, não realizando nenhuma ação efetiva para garantir suporte aos milhares de pescadores e pescadoras do município fortemente impactados, especialmente pela dificuldade de escoar sua produção.

Aqui em Salinas o Petróleo não chegou. Mas seus impactos sim, afetando a vida de centenas de Pescadoras e Pescadores na venda e comercialização, quando em mídias nacionais foi divulgada a informação que todos os pescados estariam contaminados e conseqüentemente impróprios para o consumo.

Não obstante, o posicionamento da gestão municipal, em entrevista concedida ao Blog do Valente em outros pronunciamentos públicos, tenta de várias formas negar o impacto do petróleo na vida dos pescadores no referido município. Mesmo sendo prefeito de um município com grande expressão pesqueira, o maior da Baía de Todos os Santos segundo a professora doutora Kassia Rios, não considerou que o crime poderia fazer desdobrar impactos futuros, visto que o mar não é uma piscina e os impactos dos poluentes se espalham. Gestores de outros municípios também negligenciaram a questão, preferiram assumir o risco de adoecer e/ou até matar seu povo para não impactar o projeto do capital - relacionado a indústria do Petróleo ou a indústria do turismo.

Nos chama atenção que o Sr. Pedreira não agiu de forma isolada, outros gestores no Recôncavo, Baixo Sul, Sul e Extremo Sul da Bahia, assumiram posturas semelhantes. Pescadores e pescadoras da comunidade de Graciosa, localizada em Taperoá, chegaram ocupar a prefeitura de seu município para pressionar o gestor a cumprir seu papel e cuidar de sua gente, entretanto, sem sucesso. Ministérios Públicos e defensorias foram acionadas para que o Estado cumprisse seu papel, mas vivemos em um Estado mínimo e fica mais explícito que são muitas as ameaças.

Os gestores municipais e estaduais que comumente recebem financiamento das empresas, muitas vezes tem colocado as estruturas a serviço de interesses privados e como são importante aliados de um modelo econômico exterminador, não hesitam em comprometer os direitos e até a saúde e a vida do seu povo para garantir interesses particulares como nos mostra o filme Bacurau, que também convida o Nordeste a resistir para não ser tirado do Mapa. Diante do vivido e do sentido em virtude do peso do racismo é importante perguntar:

Se eu fosse Copacabana e não os Territórios Pesqueiros, estuários e manguezais a postura seria diferente? O Plano Nacional de Contingenciamento do Petróleo seria sido colocado em ação? E será que esse plano existe? Se eu fosse Copacabana teria pesquisa sérias com uma amostragem mais ampla a fim de atestar segurança da produção? A mídia atuaria de forma mais respeitosa? Nossos corpos se manteriam imersos em ambientes contaminados? Faltariam até alimentos para nós e nossos/as filhos/as? Nos faltariam políticas públicas? E se eu fosse Copacabana nossos direitos humanos fundamentais seriam violados?

Essas perguntas que elaboramos no encontro realizado pela Fiocruz no Rio de Janeiro para construir estratégias sobre saúde, meio ambiente e mudança climática na região das Américas 2020-2030, se estende à sociedade. Para milhares de pescadores/as, desacreditado do Estado, que se levantaram durante todo o ano de 2019 e início de 2020, para realizar por conta própria diversas ações em todo Nordeste, algumas delas em parceria com diversos pesquisadores, isto para impedir que os impactos do Petróleo não viessem a dizimar todo um povo e seu modo de vida, ainda que alguns desses impactos fossem imprevisíveis.

Do mar, as donas do mar, ao longo de um ano que marca o crime do derramamento do petróleo, realizaram e participaram de dezenas de atividades que vão desde reuniões, seminários, audiências públicas e atos a fim de chamar atenção para as violências que lhe são impostas. Suas vozes foram silenciadas e a mídia além de não ajudar, vem cumprindo com o papel de desinformar ou informar a partir de uma perspectiva que não dialoga com pescadoras/es e suas narrativas, principalmente no que tange a qualidade dos pescados, repassando informações errôneas, sobre o consumo do pescado estar impróprio sem especificar quais tipos, bem como quais regiões foram contaminadas, como denúncia Joana Mozinho, uma das grandes referências na pesca artesanal no Estado de Pernambuco, das primeiras mulheres a ter

sua Carteira de Pesca e ser Presidenta de Colônia. A denúncia foi apresentada em agenda em Brasília, participando da 326ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde.

Além do conjunto de questionamento apresentado linhas acima, fruto das reflexões e elaborações produzidas pelas Pescadoras e Pescadores, sejam jovens, adultos ou mais experientes no que tange a idade. Mulheres e homens das águas articulados no MPP, na Articulação Nacional de Pescadoras, fortalecidos na Escola das Águas e representados por bandeiras e símbolos que abaixo seguem, outras perguntas continuam sem resposta, assim como quem foi o mandante do assassinato de Marielle Franco, mulher preta da favela da maré?

As perguntas são elas:

Quem foi o responsável pelo crime do derramamento de Petróleo nos Territórios Pesqueiros? Quanto de Petróleo foi derramado? Quais tecnologias o Brasil possui para mitigar impacto desta natureza? O Brasil tem condição de explorar o Pré-Sal se não possui tecnologias para mitigar possíveis tragédias/crimes? Quando o Estado Brasileiro vai parar de simular participação e irá fazer efetiva consulta a Povos e Comunidades Tradicionais?

Está em tramitação o Projeto de Lei nº 6969/13 - Lei do Mar" além desta, Pescadores e Pescadoras encabeçaram a partir de 2012 um Projeto de Lei de iniciativa popular de Proteção e Regularização dos Territórios Pesqueiros e que hoje tramita na Câmara dos Deputados como PL 361/2020. Instrumentos jurídicos nacionais e internacionais como as diretrizes para a chamada pesca de pequena escala bem como Decreto 6.040/2007 e Decreto 169/1989 da OIT versam sobre direitos dos Pescadores e Pescadoras, dos Territórios Pesqueiros, além da necessidade de consulta referente aos empreendimentos a serem instalados nesses Territórios. Entretanto, todas essas orientações vêm sendo sistematicamente violadas pelo Estado brasileiro, que rasga sua Constituição, flexibiliza legislações ambientais e torna sem efeito procedimentos coerentes de defesa aos Povos e aos Territórios para viabilizar os projetos desenvolvimentistas do capital.

Durante o Seminário Nacional sobre Saúde, Ambiente e Sustentabilidade promovido pela FIOCRUZ- Brasil em 2019, Conceição, a mulher das águas, faz um importante depoimento:

Já passei por várias coisas difíceis nem uma delas me causaram tanto medo e tanta insegurança como a possibilidade da chegada deste petróleo na Baía de Todos os Santos e na minha comunidade. Quem me conhece e conhece as outras mulheres pescadoras sabe, minha/nossa força e ousadia se deve ao fato do mar e o margue garantir para mim/nós e minha/nossa gente soberania e segurança alimentar. O crime ambiental é violento, mas os racismos ambiental, institucional, alimentar e estrutural que estamos enfrentando dói, se não fossemos mulheres e homens pretas/os, nordestinas/os com estigmas de "feder" a mangue e vísceras de pescados o tratamento certamente seria diferente.

A mulher das águas ao tempo que denuncia uma fome presente nos territórios pesqueiro, diante de três meses de enfrentamento ao petróleo sem qualquer amparo vindo do governo ou da sociedade civil, também evidencia a ausência de solidariedade da sociedade com a causa dos pescadores e pescadoras. A fome que estamos denunciando não está no meu corpo ou nos corpos das demais pessoas que escrevem este material, mas atingiu milhares de pescadores/as no Nordeste. Nesse sentido, ela diz respeito a todos e todas nós.

Frente ao conjunto de questões abordadas ao longo deste artigo, que revelam a postura racista do Estado Brasileiro contra Pescadoras e Pescadores e a indiferença da sociedade que gosta de comer pescados, mas desconhece quem os produz, como a maior categoria profissional, as sistemáticas violações de direitos e as negligências que lhe são impostas pelo capital, pelo latifúndio e por uma política de desenvolvimento econômico que invisibiliza Povos e Comunidades Tradicionais, extermina sua tradição e cultura, faz-se necessário o efetivo enfrentamento ao colonialismo apontado como experiência de sucesso. Que este aniversário do derramamento do Petróleo marcado pela Pandemia do COVID-19, possibilite uma articulação entre Povos e Território Tradicionais, da Cidade e da Academia para enfrentamento à invisibilidade, ampliado com a força dos ventos de agosto como vozes que emergem das águas, façamos enfrentarmos aos racismos e ao capital, garantindo direitos a quem os tem no respeito às especificidade e identidades.

Viva nós, mulheres afro-indígenas, pescadoras, ribeirinhas e outras "marinheiras transatlânticas" ! Viva as águas de nossa tradição e resistência!!!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. **Manguezais aracajuanos: convivendo com a devastação**. Editora Massangana. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólem, 2019.

Carta final da V Jornada de Agroecologia da Bahia, 2018. Porto Seguro-Bahia. Disponível em: <<http://teiadospovos.com.br/teia-dos-povos/carta-final-da-v-jornada-de-agroecologia-da-bahia/>> Acessado em 04 de Set de 2020.

CARNEIRO, Aparecido Sueli. **Construção do Outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 pag. Tese (Doutorado em Educação junto à Área Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, 2005.

Cartilha para o Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro: Território Pesqueiro: Biodiversidade, Cultura e Soberania Alimentar do Povo Brasileiro, 2011. Movimento dos Pescadores e Pescadoras.

Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro: Campanha Nacional Pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, 2011. Movimento dos Pescadores e Pescadoras.

CPI - **Derramamento de óleo no Nordeste** - Municípios do estado da Bahia - 10/03/2020 - (16min) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kuGUo4QeiVw&feature=youtu.be>> Acessado em 05 de Set de 2020.

Entrevista: O prefeito Wilson Pedreira fala sobre importância do Festival de Salinas para o comércio local e transparência nos contratos das atrações que animam o Festival. Blog do Valente: Novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=2161798357456147>> Acessado em 06 em Set de 2020.

KILOMBA, Grada. **Memória da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p

GURGEL, Idê Gomes Dantas; SANTOS, Mariana Olivia Santana dos; GURGEL, Aline do Monte. **Saúde do Campo e Agrotóxicos: vulnerabilidades socioambientais, político-institucionais e teórico metodológicas**. Pernambuco: Editora UFPE, 2019. 413 p.

MARTINS, Vera Lúcia Andrade. PENA, Paulo Gilvane Lopes. **Sofrimento negligenciado: doenças no trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014.

MBEMBE, Achille. **A Necropolítica**. 3ª edição. São Paulo: n-1edições, 2018.

Pescadores/as e Marisqueiras Baianos Fazem Pressão no Governo Pelo Descaso com o Território Pesqueiro. **Revista Afirmativa**, 2019. Disponível em: <<https://revistaafirmativa.com.br/pescadores-e-marisqueiras-baianos-fazem-pessao-no-governo-pelo-descaso-com-o-territorio-pesqueiro/>> Acesso em 04 de Set de 2020.

SILVA, Quênia Barreto da. **COMUNIDADE QUILOMBOLA VILA GUAXINIM: Resistência e Auto-Organização frente às sobreposições de Terra com a UFRB**. 2019. 40 p. (Monografia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2019.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. **DA DIÁSPORA NEGRA AO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS: Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais - MESPT) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. 187 p.

UCHÔA, Victor. **Puçá ou siripoia? O manual que ensina a 'pescar óleo' no Nordeste unindo ciência e lições de pescadores**. Nov, 2019 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50297743>> Acessado em 05 de Set de 2020.

"Tudo aqui é nosso" - Resistências cotidianas no Quilombo Conceição de Salinas. **Jornal Café Preto**. Maio de 2019. Disponível em: <<http://cafe-preto.org/>> Acessado em 06 de Set de 2020.

Na Terra e no mar, nós vamos lutar! **Jornal Café Preto**: Agosto de 2015, edição 1, pag 4. Disponível em: <<http://cafe-preto.org/impressos>> Acessado em 06 de Set de 2020.

IF I WERE COPACABANA, WOULD THE BRAZILIAN STATE CARE?

AND WOULD THE SOCIETY BE AWARE?

ABSTRACT

This work aims to denounce the impact of the oil spill on the Brazilian north-eastern coast. The text invites readers to a deeper reflection after one year of the crime tragedy. It also explains the conflicts and neglect of the Brazilian State in the absence of directing public policies towards fishermen and artisanal fishermen in the Northeast and the implementation of a contingency plan for Petroleum in Traditional Fishing Territories. We, the authors present a dialogue of daily experience, shared with colleagues from other traditional territories and different struggle movements, about the contradictions and confrontations experienced in the fishing territories, understanding that the housing territory and the territory used by fishermen and fisherwomen is an extension of their territory / body and to defend it, is to defend their own ancestral life. It also addresses the dimensions of the struggle, which through the actions of the social movements articulated nationally, state and regionally, make an impact in different spaces. We bring a narrative that points to a dialogue of knowledge with a strong expression of the waters that determines life in these territories. The reference to "Dona do Mar" is used here as a divinity that is intertwined between the dimension of the waters, the land and the mangrove, so it is loaded with symbolism, and links the ancestral roots with the place and the fishing territory. It is also approached as a collective subject that makes reference to the fishermen of Brazil, their struggle and historical resistance.

Keywords: Oil. Crime / Tragedy. Ancestral Territory. Northeast.

SI FUERA COPACABANA, ¿ESTARÍA EL CUIDADO DEL ESTADO BRASILEÑO?

¿Y SERÍA CONSCIENTE LA SOCIEDAD?

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo denunciar los impactos del derrame de petróleo en la costa noreste de Brasil, sobre todo, el texto invita a los lectores a una reflexión más profunda en este año de la tragedia del crimen. Además, explica los conflictos y el descuido del Estado brasileño ante la ausencia de políticas públicas encaminadas hacia los pescadores y pescadoras artesanales del Nordeste y la implementación de un plan de contingencia para el Petróleo en los Territorios Pesqueros Tradicionales. Nosotros, los autores presentamos un diálogo de vivencia diaria, compartido con compañeros de otros territorios tradicionales y diferentes movimientos de lucha, sobre las contradicciones y enfrentamientos vividos en los territorios pesqueros, entendiendo que el territorio habitacional y el territorio utilizado por los pescadores y las pescadoras es una extensión de su territorio / cuerpo y defenderlo es defender su propia vida ancestral. También aborda las dimensiones de la lucha que, a través de las acciones de los movimientos sociales articulados a nivel nacional, estatal y regional, inciden en diferentes espacios. Aportamos una narrativa que apunta a un diálogo de saberes con una fuerte expresión de las aguas que condicionan la vida en estos territorios. La referencia a "Dona do Mar" se utiliza aquí como una divinidad que se entrelaza entre la dimensión de las aguas, la tierra y el manglar, por lo que está cargada de simbolismo y vincula las raíces ancestrales con el lugar y el territorio pesquero. Asimismo, se aborda como un sujeto colectivo que hace referencia a los pescadores de Brasil, su lucha y resistencia histórica.

Palabras-clave: Petróleo. Crimen / Tragedia. Territorio ancestral. Noreste.